

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: *Unidade Central de Controle Interno*

Entidade: *Poder Legislativo do Município de Conceição do Castelo - ES*

Gestor responsável: Saulo Mareto

Exercício: 2022

1 – Introdução

As ações desenvolvidas pela Unidade Central de Controle Interno - UCCI foram aquelas constantes no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAI, aprovado pelo Decreto nº 4.104/2021, elaborado a partir de levantamento de informações preliminares com objetivo de planejar e/ou direcionar os trabalhos de auditoria interna.

No decorrer do ano de 2022, foi constatado que relevantes pontos de controle estabelecidos na IN 68/2020 do TCEES não haviam sido contemplados no referido planejamento, de modo que, houve alteração no anexo II do PAAI, nos termos do Decreto nº. 4.295/2022.

Por meio de Auditoria Interna, protocolizada sob o número 1641/2023 – Relatório 01/2022, foram avaliados os itens obrigatórios, determinados pela IN 68/2020, referentes a gestão fiscal, financeira e orçamentária (Despesa – realização de despesas – irregularidades; Despesa – liquidação e Despesas sem regular liquidação com base na Lei 4.320/64, arts. 60 a 63) e outros atos de gestão, demonstrados na tabela 1.

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos administrativos analisados¹⁵	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle¹⁶	Amostra selecionada¹⁷
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	1641/2023	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	114	23
1.4. Limites constitucionais e legais						
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	1641/2023	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Analizado	Analizado
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	1641/2023	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF	Analizado	Analizado
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/medidas de	1641/2023	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram	Analizado	Analizado
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	1641/2023	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência:	Analizado	Analizado
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	1641/2023	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Analizado	Analizado
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Analizado (Lei nº 2.200/2020)	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Analizado	Analizado
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	1641/2023	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Analizado	Analizado
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	1641/2023	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Analizado	Analizado
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	1641/2023	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Analizado	Analizado

1.5. Demais atos de gestão						
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Analísado	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Analísado	Analísado
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
2.2.30	Despesa – realização de Despesas – irregularidades	1641/2023	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	114	23
2.2.31	Despesa – liquidação	1641/2023	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	114	23
2.2.32	Despesas sem regular liquidação	1641/2023	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	114	23
2.6. Demais atos de gestão						
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	1641/2023	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	2	2
2.6.4	Pessoal – teto	1641/2023	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	17	17
2.6.6	Dispensa e inexistibilidade de licitação.	1641/2023	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	7	7

Tabela 1

2 - Auditorias e outros procedimentos realizados

A Unidade Central de Controle Interno instaurou procedimento com a finalidade de analisar os processos licitatórios, por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. Não foi realizado processo licitatório no exercício de 2022. Houve a abertura de 07 processos por dispensa de licitação.

Foram analisados todos os processos de pagamentos do exercício de 2022, em detrimento ao estágio da despesa pública (Empenho, Liquidação e Pagamento), nos termos da Lei 4.320/64. Para a análise foram selecionados os pontos de controle obrigatórios e outros constantes na tabela 1 referentes à Gestão Fiscal, Financeira, Orçamentária, Previdenciária e Patrimonial, de maior relevância, no entendimento da UCCI.

Após a análise de conformidade dos referidos itens, opinou-se pela regularidade dos pontos analisados. Destaca-se, por fim, quanto ao trabalho da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas e os apontamentos realizados encontram-se arquivados e disponíveis para análise deste Tribunal de Contas do Estado.

3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

Não houve instauração de Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados.

Conceição do Castelo – ES, 23 de março de 2023.

Bárbara Ayres Fernandes Fonseca
Coordenadora Chefe da UCCI
Portaria 031/2022